

Ainda sob os impactos sanitários e econômicos da crise provocada pelo novo coronavírus em todo o mundo, e sem uma previsão temporal de vacina contra a covid-19, a Funpresp discutiu, na última sexta-feira (30/10), os cenários e propostas para a Entidade em 2021, durante o VI Planejamento Estratégico. Participaram da atividade os diretores, gestores, analistas, presidentes do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, além de membros do Conselho Deliberativo. O debate contou com a contribuição do economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima; do cientista político Leonardo Barreto; e do superintendente Comercial da Brasilprev, Mauro Guadagnoli. O evento foi realizado de maneira totalmente remota, por meio de plenárias virtuais, respeitando as normas sanitárias em vigor durante a pandemia.

O evento de Planejamento Estratégico é anual e reuniu funcionários e dirigentes da Fundação durante um dia para debater os cenários e propor soluções para o ano seguinte. O diretor-presidente da Fundação, Ricardo Pena, falou brevemente na abertura do evento sobre os desafios da Entidade para o ano de 2021, levando em consideração todas as perspectivas de acontecimentos econômicos e políticos.

“O ano de 2020 tem sido desafiador para a Fundação sobretudo porque a pandemia afetou as nossas perspectivas. Do ano passado para cá, tivemos a Reforma da Previdência, cujo impacto de alguma maneira estava no nosso radar, principalmente a partir da introdução da concorrência no regime de previdência complementar dos servidores públicos. Para os próximos meses, temos a perspectiva de Reforma Administrativa dos servidores, que pode afetar a Funpresp porque está relacionada à política de remuneração, de realização de concursos, que é um ponto de atenção que temos que observar”, destacou Pena.

Perspectivas econômicas

Adauto Lima falou sobre o cenário econômico mundial para o próximo ano e alertou: a economia global foi afetada de forma permanente. “Mesmo que (a situação) continue melhorando bem em 2021 e que haja vacina, haverá maior endividamento no setor público, das empresas e das famílias. Tudo isso carrega a percepção de que o crescimento global será menor que o previsto anteriormente. Antes era de até 4%. Hoje, o crescimento potencial para os próximos cinco anos é de até 3,5%, e para a América Latina é ainda pior, pois sairemos mais fragilizados”, disse.

A situação das contas públicas brasileiras também foi alvo da preocupação do economista. Isso porque, antes da pandemia, o Brasil já enfrentava a necessidade de um forte ajuste fiscal. Com o advento do isolamento social, em que muitos brasileiros, inseridos na economia informal, não puderam mais garantir o próprio sustento, o governo começou a pagar o auxílio emergencial. Se, por um lado, essas parcelas mensais mantiveram a economia minimamente aquecida, por outro, custarão R\$ 320 bilhões aos cofres públicos em 2020.

Cenário político

Para implementar as reformas que considerada necessárias ao ajuste das contas públicas brasileiras, o cientista político Leonardo Barreto elencou temas prioritários a serem debatidos no Congresso em 2021. Para isso, segundo o especialista, o governo precisa consolidar sua base de apoio entre deputados e senadores.

Para Barreto, os temas prioritários para o parlamento brasileiro em 2021 são: os marcos regulatórios de setores estratégicos (saneamento, pré-sal, cabotagem, gás, tecnologia 5G, falências, autonomia do Banco Central, câmbio, setor elétrico, reformas tributária e administrativa); as privatizações; a criação do Renda Cidadã; as propostas de emenda à Constituição nº 186/2019 e 32/2020; projetos para atrair investimentos públicos; e desoneração do emprego.

Desafios e oportunidades para a previdência

O superintendente comercial da Brasilprev, Mauro Guadagnoli, falou sobre a rápida evolução do mercado de previdência complementar e os desafios para 2021. Segundo ele, o setor geria R\$ 500 bilhões em ativos financeiros em 2015 e, apenas cinco anos depois, esse patrimônio administrado já saltou para R\$ 1 trilhão. “É preciso colocar na cabeça das pessoas que elas são responsáveis pela contribuição para garantia do próprio futuro e alertar para a necessidade de garantir renda no futuro. Tudo isso nos coloca um desafio, que é como fomentar planos de previdência coletivos sobretudo para os servidores públicos a partir da Reforma da Previdência de 2019”, analisou.

Fonte: Funpresp, em 03.11.2020